AS ESTRATÉGIAS DISCURSIVAS DA LINGUAGEM

SALIH, Sara. A linguagem. In: SALIH, Sara. **Judith Butler e a Teoria Queer**. Tradução de Guacira Lopes Louro. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013. Cap. 2.4, p. 139-164.

Washington Luiz Ferreira Dias Lopes*

Najara Cristiane dos Santos**

Judith Butler e a Teoria Queer é uma obra inovadora, pois aborda o pensamento da professora teórica pós-estruturalista quanto à influência do sexo e da configuração do meio na construção da identidade do sujeito de modo esclarecedor. Enquanto muitos críticos buscam apontar as contradições e obscuridades no raciocínio e na linguagem desenvolvidos por Butler, Sara Salih busca desconstituir a ideia de incoerência, mostrando como a teórica utiliza-se da linguagem e de suas estratégias discursivas do modo exatamente almejado para atingir a finalidade de sua reflexão: produzir um discurso autorreflexivo que se abre a um amplo rol de interpretações, com o objetivo de mostrar que não há verdades ou incorreções, mas somente o que se pode argumentar logicamente.

O capítulo da obra “A linguagem”, especificamente, trata do entrelace existente entre a psique e as estruturas de poder, isso porque o sujeito se forma tal qual a partir de sua subordinação a uma estrutura de poder, que lhe permite assumir o papel de sujeito e de agente.

O foco teórico inicial parte da ideia de Foucault, de que as estruturas de poder, em sua atuação subordinante, podem ser produtivas, tendo em vista a performatividade da linguagem, isto é, a linguagem pode assumir diferentes signos, de acordo com a ideia do

* Bacharel em Direito pela da Faculdade Mineira de Direito da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

** Bacharel em Direito pela da Faculdade Mineira de Direito da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

discurso, e nem sempre será capaz de transmitir o que o enunciado propõe, impondo a necessidade de ressignificação do signo.

Sobre a linguagem, Butler parte da teoria de Austin, a qual, em síntese, sugere que todo enunciado, em certa medida, imbuí-se de ação, isto é, ao se dizer algo, não apenas se declara, mas se faz alguma coisa, de modo que ações poderiam ser construídas por meio da linguagem, para apontar que os atos de fala são excitáveis, estão fora do controle ou da compreensão dos falantes, envolvendo um contexto de significados presentes, passados e futuros, que resultam no atual discurso utilizado. Por fim, sugere uma relação de dependência recíproca entre a linguagem e o falante, o qual, ao mesmo tempo em que é responsável em determinada medida pela produção da fala, é também influenciado pela mesma, não possui seu domínio pleno. Admitir-se-ia a soberania do falante sobre a fala apenas como estratégia de controle da lei sobre a expressão. Assim, Butler aceitaria a ressignificação e a repetição da linguagem como respostas subversivas mais eficazes aos discursos de ódio do que as próprias medidas legais.

Acerca da lei, Butler acredita que produz o discurso de ódio para legislar sobre si, definindo o tipo penal e o sujeito ativo. Porém, partindo da ideia de Nietzsche, acredita que a ação é por si só, isto é, não possui um sujeito que necessariamente a concretize, ao contrário, a identidade seria criação performativa das expressões de linguagem. O sujeito, portanto, não seria soberano da linguagem, não seria o responsável por sua construção, tendo em vista que esta é construída pela combinação de diversos fatores, é resultado de um viés de historicidade. Desse modo, ao apontar como sujeito ativo de um crime determinado indivíduo supostamente produtor do discurso, a lei estaria criando ficionalmente um agente culpável.

Um bom exemplo da ausência de soberania do falante sobre a linguagem reside na interpelação, que, como enunciado com endereçamento, exige que a autoridade que a emite seja reconhecida como tal, isto é, esteja inserida a interpelação em um contexto próprio e haja uma convenção prévia, possibilitando que qualquer falante assuma o discurso, que se inserida no pressuposto da convenção, e que ao sujeito seja atribuída identidade, ainda que não tome conhecimento da interpelação.

A lei, por fim, seria um paliativo para a contenção do discurso de ódio, já que a censura não desempenha um papel efetivo nesse sentido. No contexto do exército,

especificamente, a censura ou a proibição conservam a essência do que é reprimido, preservando-o, mantendo-o vivo. As declarações homossexuais equivaleriam a doenças, por serem contagiosas, como a AIDS, e a linguagem teria força de agir sobre o ouvinte.

Butler acredita que os discursos militares produziram um sujeito homossexual perigoso e violento, devendo a homossexualidade ser afastada das feições culturais que lhe são atribuídas, relacionadas pejorativamente ao contágio, o que demonstra discursivamente a resignificação e temporalidade aberta dos signos, as quais possibilitariam a utilização de outras medidas que não as legais para conter o preconceito, por meio de uma recontextualização da fala.

Os significados iniciais do signo são importantes para a construção da identidade dos sujeitos sob a perspectiva histórica, porém, não são essenciais. A performatividade da linguagem assume uma finalidade política de alcance de hegemonia *queer*. Os termos nocivos empregados em um discurso podem ser reapropriados de forma a provocar efeito contrário ao almejado, podem ser usados contra a própria finalidade do discurso.

Para exemplificar, Salih traz, no capítulo em análise, o exemplo de situação em que um estudante de Berkeley questiona a Butler se seria lésbica, com a intenção de ofendê-la. A partir do momento em que Butler respondeu afirmativamente demonstrando orgulho, causou surpresa ao interlocutor, provocando um efeito diverso do almejado por sua fala inicial e atribuindo ao termo “lésbica” um significado distinto, resignificando-o, isto é, tirando-o de um contexto de ódio e insulto para um contexto de orgulho e aceitação pública, dentre os vários significados que o aludido termo poderia assumir.

Por fim, Salih sugere a ideia de que a performatividade da linguagem em relação ao significado depende da interação produzida com o interlocutor, depende do consenso existente acerca do termo no determinado contexto. Embora o receptor da fala possa resignificar o signo em seu discurso, não deixa a fala do interlocutor de apresentar uma finalidade subjetivada e subjugante.

Desse modo, a partir da ideia de performatividade da linguagem pela resignificação e temporalidade aberta dos signos proposta por Butler, pode-se inferir que, de fato, a postura da linguagem do receptor da fala diante do ato é definitiva para conter o insulto. Se o homossexual se orgulha de sua condição e a aceita publicamente como característica de sua identidade, o efeito subjugante pretendido pelo discurso não é levado à diante em

relação ao receptor. Entretanto, pode surtir efeitos perante um número de indivíduos, os quais serão afetados pelo discurso de acordo com suas peculiaridades. Tais incitações sociais podem levar a ações perturbadoras e violentas, de acordo com o grau da reprovação detida pelo sujeito.

Nesse sentido, não se trata somente de uma questão discursiva. Esse instrumento se mostraria eficaz, contando com as ideologias de todo o conjunto de sujeitos que acessem o discurso. As medidas legais, portanto, são fundamentais, pois embora a lei possa de fato incitar o que busca reprimir, seu aparato de cumprimento dispõe de força coercitiva legitimada. Essas medidas se constituem em instrumento de assegurar o direito às minorias.

Como afirma Maria Berenice Dias, as minorias necessitam de maior atenção do Estado, em razão de sua vulnerabilidade, e a omissão legislativa quanto à previsão de sanções aos atos homofóbicos incentivam a proliferação do discurso de ódio. Por essa razão, foi desencadeada a criação do Estatuto da Diversidade Sexual, projeto de lei que objetiva assegurar os direitos relacionados à sexualidade que têm sido reconhecidos jurisprudencialmente, criminalizando a homofobia, dentre outras medidas¹. Trata-se do direito à diferença e de tratar desigualmente os desiguais, para que se possa chegar a um grau mais aproximado de isonomia, pressuposto do Estado Democrático de Direito.

¹ Dias, Maria Berenice. **A homofobia e a omissão do legislador**. Disponível em: <http://mariaberenice.com.br/uploads/a_homofobia_e_a_omiss%E3o_do_legislador_-_rlatorio_azul.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2015.